

PATRIMONIALISMO ESTATAL: BREVES REFLEXÕES A PARTIR DE RAÍZES DO BRASIL³⁷

STATE PATRIMONIALISM: BRIEF THOUGHTS FROM "RAÍZES DO BRASIL"

Márcia da Silva Pereira Castro³⁸

RESUMO

Patrimonialismo estatal aparece, em "Raízes do Brasil", de Sérgio Buarque de Holanda, como uma característica intrínseca do Estado influenciado pelos seus antecedentes históricos ibéricos. Em que pese à distância histórica entre a publicação da obra, em 1936, e a conjuntura dos anos 1990 e 2000, o debate sobre os limites existentes entre a esfera pública e privada se coloca como elemento chave para a compreensão das práticas políticas de caráter patrimonialista, personalista, clientelista e assistencialista. São essas práticas que têm obstaculizado a consolidação dos direitos sociais conquistados pelas forças progressistas, visto que as relações traçadas no interior das instituições estatais consistem na troca de favores que satisfazem os interesses pessoais em detrimento dos interesses coletivos.

Palavras-chave: Patrimonialismo; clientelismo; assistencialismo; público x privado.

³⁷ Texto originalmente elaborado para a disciplina *Interpretações do Brasil*, ofertada pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGCS/UFRN), ministrada pelo prof. Dr. Homero Costa.

³⁸ Mestre e doutoranda em Ciências Sociais pelo PPGCS/UFRN, Professora Assistente do curso de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN)

E-mail: marciacastro06@uol.com.br, marciasilva@uern.br

ABSTRACT

Statal patrimonialism appears, “Raízes do Brasil”, by Sérgio Buarque de Holanda, as a intrinsic characteristic of State affected by its historical iberian antecedents. Based in historical distance between the publication in 1936 and the conjuncture in the years of 1990 and 2000, the debate about the limits between public and private sphere is putted like mean element to the comprehension of the political practice of patrimonial, personalist, clientelist and welfarism. Those practices are blocking the consolidation of the social rights conquered by the progressive forces, once that the relations traced into the state institutions consists in the change of favors satisfacts personal interests blocks-off collective interests.

Keywords: *Patrimonialism, clientelism, welfarism, public x private*

1 INTRODUÇÃO

Refletir sobre o Estado brasileiro é algo que requer a apropriação de múltiplas interpretações teóricas, metodológicas e ideológicas. Nessa perspectiva é que, sem negligenciar outras referências³⁹, a leitura de “Raízes do Brasil” nos possibilitou a sistematizar, de forma mais aprofundada, uma questão que, ainda, se encontra presente no espaço que circunda a política pública do país: o patrimonialismo estatal.

A leitura acurada da obra nos permitiu ampliar as reflexões sobre algumas categorias que circundam nosso objeto de estudo na pós-graduação: a política pública de assistência social viabilizada pelo Estado brasileiro. Por ser um espaço historicamente apontado como propício a práticas clientelísticas, personalistas, assistencialistas e/ou patrimoniais, “Raízes do Brasil” nos instigou a um aprimoramento conceitual⁴⁰, já que os termos são incorporados ao discurso coloquial sem atentar para o devido rigor teórico.

Não desconsiderando as especificidades históricas atuais em relação àquelas do período em que a obra de Sérgio Buarque de Holanda foi publicada (1936), ponderamos que é salutar refletirmos sobre o presente, imbuídos de algumas categorias trabalhadas por ele em “Raízes do Brasil”.

Tomamos como ponto de partida o otimismo, mesmo que contido, do autor em relação ao desaparecimento gradativo da figura do homem cordial no cenário nacional devido, principalmente, ao processo de urbanização ocorrido com o ocaso da sociedade ruralista, escravocrata e patriarcal após a abolição da escravatura no ano de 1888. Como resultante desse processo, ele aponta que o surgimento de novos valores conduziria, mesmo que de forma lenta e contraditória, o Estado brasileiro à incorporação de uma burocracia que, principalmente, após o advento da República, superaria seu caráter

³⁹ Como exemplo, citamos a obra de Raymundo Faoro, “**Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**”, publicada em 1958, indispensável a uma problematização mais ampliada sobre o patrimonialismo.

⁴⁰ Todavia, “Raízes do Brasil” se constitui uma interpretação a partir de uma perspectiva weberiana e, como já apontamos, o aprimoramento teórico-conceitual requer a aproximação com outras perspectivas que possibilitem o diálogo entre as diferentes interpretações.

personalista e patrimonial. Em suma, a obra de Sérgio Buarque de Holanda traz para a reflexão o problema da relação Estado e sociedade, que se colocava como preocupação importante no período da década de 1920 e 1930, nutrindo uma perspectiva de rompimento da esfera estatal com a supremacia dos interesses pessoais.

2 PATRIMONIALISMO ESTATAL: ELEMENTOS PARA UMA REFLEXÃO SÓCIO-HISTÓRICA

Para Sérgio Buarque de Holanda, o Estado não deveria ser “uma ampliação do círculo familiar e, ainda menos, uma integração de certos agrupamentos, de certas vontades particulares, de que a família é o melhor exemplo” (HOLANDA, 1995, p. 141). Todavia, a construção sócio-histórica brasileira deixa explícita que a relação entre Estado e família é um paradoxo que possui especificidades cujas raízes se encontram cravadas na herança ibérica do período colonial. O citado autor enfatiza a autarquia dos domínios rurais que tinham na família patriarcal desse período, o modelo predominante de vida social. Cada proprietário de terra possuía seu domínio onde “tudo se fazia consoante sua vontade, muitas vezes caprichosa e despótica” (HOLANDA, 1995, p. 80). Cada propriedade era uma verdadeira “república” que se autorregulava sem sofrer pressões externas, o que permitiu ao grupo familiar manter-se imune às restrições ou perturbações de qualquer outro tipo de poder; “neste ambiente, o pátrio poder é virtualmente ilimitado e poucos freios existem para sua tirania” (HOLANDA, 1995, p. 82).

Uma das consequências que resultou dessa forma de sociabilidade pode ser percebida no grande modelo de vida política adotado no Brasil durante um longo período de sua história: o modelo da família patriarcal que perpassou o século XIX e se perpetuou durante o século seguinte. As relações que se estabeleceram entre governantes e governados, semelhantes às relações entre monarcas e súditos, consolidaram um Estado de cunho patrimonialista que induzia o povo a uma subserviência em troca de determinadas concessões, criando uma rede de relações de favores e lealdade (SALES, 1994).

Segundo Goldman (2008), “a valorização da esfera familiar provoca a transformação da mesma numa referência moral, transfere-se a moralidade privada para a esfera do público”, dada a dificuldade de o brasileiro lidar com o impessoal. É aí que a figura do homem cordial⁴¹ expressa claramente a cultura personalista e patrimonialista própria da sociedade brasileira impulsionando a inserção do padrão familiar patriarcal na esfera pública.

Nem mesmo o advento da república, acompanhado do fortalecimento e da emancipação dos centros urbanos, foi capaz de romper com esse cordialismo da cultura personalista e patrimonialista ruralista e de instituir uma esfera verdadeiramente pública através de um Estado impessoal, racional e burocrático.

Tal descompasso expressava-se na passagem de uma relação adequada entre a estrutura social colonial e a cordialidade, para uma situação onde as mudanças naquela estrutura condenavam o antigo tipo de sociabilidade sem lograr substituí-lo por algo novo (AVELINO FILHO, 1990, p. 3).

Para Avelino Filho (1990), é um impasse que “aparece na transição entre uma mentalidade remanescente e outra por surgir” (p. 3). Se, por um lado, a cordialidade era um obstáculo à materialização de um Estado moderno, por outro lado, “o racionalismo moderno ao erigir em regra os conceitos abstratos, tornava-os a-históricos, separando-os da vida social dos povos” (GOMES, 1990). Nessa linha de pensamento, Avelino Filho (1990) lembra que a tradição da sociologia alemã entende a impessoalização e a formalização rígida das relações humanas como produto de desencantamento do mundo,

⁴¹ Para Holanda (1995), o homem cordial é a explicitação da cultura personalista da gente hispânica, influenciada pelo clima, paisagem e pelos grupos que aqui encontraram. Para ele, o caráter peculiar desta cultura é atribuído a autonomia do indivíduo, ao valor próprio da pessoa humana. É a valorização da autossuficiência que garante a sua sobrevivência sem necessitar dos demais. Todavia, o criador da noção de “homem cordial” foi Ribeiro Couto que gostava de enfatizar o equívoco em se pensar o homem ibérico despojado de misturas raciais e culturais (GOLDMAN, 2008).

sendo a cordialidade uma “representação de relações mais afetivas, vivas e menos abstratas” (*idem*, p. 5). O problema é a forma como esses tipos de relações se estabelecem, já que a cordialidade inerente ao “ambiente doméstico acompanha o indivíduo mesmo quando este se situa fora dele. É quando o privado transborda para o público” (AVELINO FILHO, 1990, p. 2).

Na visão de Gomes (1990), apesar das diferentes perspectivas teóricas e ideológicas assumidas por Sérgio Buarque de Holanda e Oliveira Viana, ambos ressaltam que a cordialidade e o espírito do pré-capitalismo⁴² são traços socioculturais profundos que fazem com que no Brasil não vigore um modelo de sociabilidade dominado por uma lógica material de interesses; racional e impessoal. São esses traços que reavivam uma tradição rural que representa uma mentalidade patriarcal, personalista e arcaica que não se extinguiu nem com o advento da abolição da escravatura nem com a instauração da república.

Assim, a cultura personalista denota um traço peculiar da vida brasileira: a preponderância do afetivo, do irracional, que provoca estagnação da energia ordenadora, racional e disciplinadora, energia esta que deveria contribuir para uma organização política mais sólida (GOLDMAN, 2008). Agregado a isso, o individualismo e a autonomia, intrínsecos à cultura personalista, também contribuíram para obstaculizar qualquer tipo de relações igualitárias (ESTEVES, 1998). Para Sérgio Buarque de Holanda, é o individualismo exagerado que instiga a autovalorização do homem, ou seja, se “produz uma situação de luta e competição constantes na busca da auto-superação e acréscimo de prestígio pessoal” (AVELINO FILHO, 1990, p.1).

Ao extrapolarem o mundo privado e se estenderem ao mundo público, os interesses pessoais e a busca do prestígio ascendente acabam por tornar as questões verdadeiramente públicas em problemas secundários.

⁴² Para Gomes (1990), os conceitos de cordialidade e espírito do pré-capitalismo ocupam uma posição de equivalência estrutural nos dois autores. Os dois conceitos foram construídos a partir de um diagnóstico sobre o Brasil que trabalha com um mesmo conjunto de elementos básicos e que desemboca numa apreciação sobre o “homem brasileiro”.

Isto pode ser ilustrado pelos partidos políticos, que refletem a invasão da esfera familiar no âmbito público. Na política brasileira, as pessoas se associam aos partidos não por idéias ou interesses, mas sim por sentimentos e deveres (GOLDMANN, 2008).

Dessa forma, a indefinição dos limites entre o público e o privado se perpetuou ao longo de décadas no Brasil. Já no início do século XX, a ideologia impessoal do liberalismo, cunhada nos países europeus e almejada pelos nossos políticos de vanguarda, deparou com obstáculos oriundos de interesses privados, não conseguindo se estabelecer nem mesmo após a instauração da república. A importação dessas idéias progressistas concebidas além da realidade brasileira fez com que a democracia nacional fosse

um lamentável mal-entendido. Uma aristocracia rural e semifeudal importou-a e tratou de acomodá-la, onde fosse possível, aos seus direitos ou privilégios, os mesmos privilégios que tinham sido, no Velho Mundo, o alvo da luta da burguesia contra os aristocratas (HOLANDA, 1995, p. 160).

Neste contexto, o aparelho estatal se constituiu o espaço por excelência das manobras autoritárias que ressaltaram, principalmente, os interesses pessoais dos grandes proprietários de terra. Na transição de uma sociedade eminentemente rural para uma precariamente urbana, os hábitos e posturas atribuídos à figura do homem cordial se infiltraram nos espaços urbanos, originando uma sociabilidade ambígua, dadas as peculiaridades dos paradoxos entre cordialidade *versus* civilidade, personalismo *versus* democracia liberal e patrimonialismo *versus* burocracia. Os valores característicos do recinto doméstico e familiar passaram, assim, a invadir as relações sociais, religiosas, profissionais e políticas que se estabeleceram nos centros urbanos.

Outrossim, o domínio público conformou-se à imagem e à semelhança do modelo da família patriarcal que lhe fornecia, de um lado, a imagem do poder e da autoridade e, de outro, da obediência e coesão social. A partir da segunda metade do século XIX, ainda que se assistisse no Brasil a

uma crescente urbanização e expansão das tarefas administrativas do Estado, o perfil das novas classes urbanas permaneceu influenciado pelo patriarcado rural, e a própria expansão das funções do Estado seguiu a lógica particularista e clientelista imposta a partir do mundo rural (ESTEVES, 1998, p. 2).

Sendo assim, o sutil otimismo de Sérgio Buarque de Holanda sobre a supressão do denominado homem cordial foi minado pelos acontecimentos que se sucederam ao longo do século XX no país. Ele mesmo admitiu, em meados de 1992⁴³, que a cordialidade não é uma virtude definitiva e cabal e, portanto, depende das circunstâncias mutáveis de nossa existência. Contudo, a figura do homem cordial, delineada pelo autor supracitado, nos fornece subsídios para compreender analiticamente a aversão do brasileiro à civilidade, à racionalidade e à formalidade.

É com base nessa percepção que vemos a permanência, ainda hoje, de práticas individualistas, próprias ao recinto doméstico, se apropriarem da esfera pública em busca da satisfação de interesses pessoais. Nessa busca, a cordialidade exerce um papel preponderante para o êxito de seus objetivos.

A lhaneza no trato, a hospitalidade, a generosidade, virtudes tão gabadas por estrangeiros que nos visitam, representam, com efeito, um traço definido do caráter brasileiro, na medida, ao menos, em que permanece ativa e fecunda a influência ancestral dos padrões de convívio humano, informados no meio rural e patriarcal (HOLANDA, 1995, p.146-147).

São virtudes que, como já apontamos anteriormente, rechaçam um modelo de sociabilidade material, racional e impessoal e que, além disso, dificultam a harmonia e coesão social no espaço cidadão.

⁴³ Em discussão travada com Cassiano Ricardo e registrada em Iglesias (1992), Sérgio Buarque de Holanda admitiu a confusão que o conceito de homem cordial gerou, todavia declarou que ainda não acreditava na bondade fundamental dos brasileiros.

Quando a vida social se resumia basicamente ao espaço rural, o pobre e o *fraco* viviam com segurança e tranqüilidade, desde que estivessem sob a proteção da autoridade patriarcal, criando, assim, uma situação de dependência e subserviência (SALES, 1994). Transplantado para a esfera urbana, esse tipo de comportamento foi sendo incorporado à nova dinâmica social que, na esfera política, vai explicitar, de forma mais incisiva, o processo de dominação de uns poucos privilegiados sobre uma maioria destituída de autonomia. Nessa invasão do público pelo privado, Sérgio Buarque de Holanda afirmou que uma das formas mais características de expressão radical da cultura personalista e do Estado autoritário foram as ditaduras, particularmente, as militares (GOLDMAN, 2008).

Nossa história aponta que as ditaduras se utilizaram de todos os artifícios para consolidar a dominação política de grupos oligárquicos. O longo governo de Getúlio Vargas pode ser considerado uma experiência ímpar no que diz respeito às medidas de caráter social como forma de perpetuar prestígio e interesses subjetivos dentro do aparato estatal. Para tanto, o assistencialismo⁴⁴ se constituiu uma estratégia política inovadora, uma vez que foi criada, em 1942, a primeira grande instituição nacional de assistência social do país, a Legião Brasileira de Assistência (LBA). “Na verdade, Getúlio cria uma instituição de bem-estar social para atuação da primeira-dama” (TORRES, 2002, p. 86) como forma de legitimar-se politicamente, consolidando um governo de caráter assistencialista e paternalista.

Desde então, essas características que marcaram o patrimonialismo estatal têm permeado a esfera política, sendo a assistência social uma das principais ferramentas utilizadas a serviço tanto da decadente oligarquia rural, quanto das novas elites políticas tipicamente citadinas. O que Sérgio Buarque de Holanda identificou nos primórdios do século XX sobre a cultura da *sobrançeria*, do individualismo exagerado, se manteve presente e atuante nos diversos espaços de intervenção estatal durante as últimas décadas desse mesmo século.

⁴⁴ O assistencialismo se assemelha ao clientelismo com uma particularidade: os favores concedidos são bens para o suprimento de necessidades básicas.

Após um rápido período de um suposto regime democrático (1945-1964) no país, poucas mudanças se efetivaram. O Estado autoritário e tecnocrático que se instalou a partir de 1964 ampliou sua rede de proteção social. No entanto, o uso clientelístico da máquina estatal foi uma marca registrada dos governos desse período.

Seja sob a forma típica da política de favores levada a cabo sob o regime militar, seja mais claramente sob o regime civil pós-85, o certo é que o uso clientelista do aparelho social tem sido constante, constituindo, para governo, partidos e personalidades, inestimável recurso de poder (DRAIBE, 1989, p.38).

Apesar do recrudescimento, nas últimas décadas, das expressões mais radicais do personalismo e do Estado autoritário no cenário nacional, a cordialidade, especificamente na esfera política, tem se perpetuado através de práticas clientelistas e patrimoniais. Parte disso se deve ao fato de que, comumente, as novas elites políticas são oriundas de famílias tradicionalmente oligárquicas ou, ao menos, mantêm fortes ligações pessoais com elas.

O processo de democratização brasileiro, a partir da década de 1980, acompanhado da instabilidade econômica, forçou o Estado a uma série de ajustes⁴⁵ que repercutiu negativamente nas condições de vida da população, mas preservando os interesses privados, o que favoreceu a *oligarquização* do grande empresariado. O que se viu foram alianças entre diferentes forças e interesses (DRAIBE, 1993).

Forças e interesses não apenas fora do Estado e do sistema de poder; ao contrário, presentes na própria aliança e conciliação, presentes também no próprio arco das oposições e, entre uns e outros, pouco dispostas quase todas a abrir mão dos recursos clientelistas,

⁴⁵ Para alguns estudiosos do tema, esses ajustes tinham um caráter passivo, visto que qualquer ajuste realmente ativo provocaria reformas institucionais e, por conseguinte, promoveria modificações significativas na correlação de forças (DRAIBE, 1993).

corporativistas e patrimonialistas de ocupação e uso do Estado, muitas vezes utilizados em nome da democracia e da continuidade do processo de democratização, principalmente quando se tratava de eleições (DRAIBE, 1993, p.48).

Diante disso, um dado peculiar merece ser ressaltado. Com a legitimação da burocracia no aparato estatal a partir da ditadura militar, o caráter impessoal e racional depara com posturas tradicionais e conservadoras que, como Esteves (1998) já nos apontou, obstaculizavam relações igualitárias. Assim, mesmo com a chegada da era dos direitos sociais⁴⁶, o Estado brasileiro não deixou de expressar seu caráter humanitário, pessoal e, porque não dizer, cordial, através da primeira-dama. Acontecimentos recentes nos remetem a visualizar, explicitamente, esses resquícios que a cultura personalista e patrimonialista confere à esfera política. Dentre outros, destacamos a aprovação do Programa Comunidade Solidária, em 1995, após a extinção da LBA. Vinculado diretamente à Casa Civil da Presidência da República, ele foi planejado para executar programas de combate à pobreza sob a tutela do Governo Central. Além de ignorar totalmente o instrumento legal de regulação da assistência social⁴⁷ como direito social, ele resgatou o que de mais conservador persiste na política brasileira: o clientelismo e patrimonialismo estatal.

Em uma analogia com *A Casa & A Rua* de Da Matta (1997)⁴⁸, também, podemos abordar a conveniência do formalismo impessoal com a satisfação subjetiva dos sujeitos.

⁴⁶ No processo de democratização, a aprovação da Constituição Federal, em 1988, inscreveu, no seu artigo 6º, os seguintes direitos sociais: *a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados*, sendo que, a Seguridade Social (artigo 194) é composta pelo tripé das políticas de saúde, previdência social e assistência social (BRASIL, 1999).

⁴⁷ A Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS – Lei Nº 8.742) foi aprovada em 07/12/1993.

⁴⁸ *A casa e a rua*, para Da Matta (1997), se constituem categorias sociológicas, já que não designam simplesmente espaços geográficos ou coisas físicas comensuráveis. Eles possuem uma dinâmica relacional que podem assumir diferentes códigos sociais como, por exemplo, o paradoxo burocracia *versus* amizade, lealdade.

Segundo este autor, o *idioma de conciliação* tem como principal elemento o englobamento da casa pela rua

tratando a sociedade brasileira como se ela fosse uma “grande família”, vivendo “debaixo de um amplo e generoso teto”, obedecendo naturalmente às leis e seguindo a liderança de quem produz o discurso [...que é tipicamente...] populista (DA MATTA, 1997, p. 17).

Nesse idioma de conciliação, os conflitos emergem, uma vez que os códigos sociais divergem entre si. Apesar de os mecanismos impessoais (código da rua) terem nas leis sua base de dominação, as entidades morais como pessoas (código da casa e da família) são mais sólidas, visto que estão menos propensas às mudanças. Sobre essa compreensão, Sérgio Buarque de Holanda, já nos anos de 1930, nos alertava.

Na verdade, a ideologia impessoal do liberalismo democrático jamais se naturalizou entre nós. Só assimilamos efetivamente esses princípios até onde coincidiram com a negação pura e simples de uma autoridade incômoda, confirmando nosso instintivo horror à hierarquias e permitindo tratar com familiaridade os governantes (HOLANDA, 1995, p.160).

É comum, nos dias atuais, depararmos com situações em que a maioria de nossos representantes políticos mantém um tipo de relação pessoal e de amizade com a população em geral. Como essas novas elites políticas, geralmente, mantêm um vínculo com os grupos conservadores, as relações que daí fluem são dominadas por afinidades pessoalizadas, afetivas, particularistas, clientelistas e, conseqüentemente, patrimoniais.

Quando esse tipo de relação se dá no interior das instituições estatais, os compromissos assumidos descartam totalmente os interesses sociais, já que o apadrinhamento tece uma rede de trocas em que o favorecimento de ambas as partes se sobrepõe aos interesses coletivos. Ainda hoje, o uso do poder que o cargo público

garante, permite o emprego de parentes e amigos, reificando a figura do funcionário patrimonial definido por Max Weber (HOLANDA, 1995).

Para o funcionário “patrimonial”, a própria gestão política apresenta-se como assunto de seu interesse particular; as funções, os empregos e os benefícios que deles auferem relacionam-se a direitos pessoais do funcionário e não a interesses objetivos, como sucede no verdadeiro Estado burocrático, em que prevalecem a especialização das funções e o esforço para se assegurarem garantias jurídicas aos cidadãos (HOLANDA, 1995, p.146).

O que sucede é que, além do alheamento do povo em geral, a própria classe média, que compõe boa parte do funcionalismo público hoje, internalizou os hábitos domésticos, familiares dificultando uma ordenação impessoal das instituições públicas e supostamente democráticas.

A própria institucionalização dos direitos sociais, fruto de toda uma luta dos setores mais progressistas por políticas igualitárias e universalizantes, parece não surtir efeito sobre a sociedade de um modo geral, com exceção quando se utilizam delas em benefício próprio.

Em suma, o que vislumbramos é a perspectiva de que a escolha de homens e mulheres que irão exercer funções públicas não se resume na confiança pessoal, na troca de favores, nas afinidades pessoais e no clientelismo, mas sim na capacidade que o cargo demanda, ou seja, viabilizar e fazer avançar as conquistas sociais efetivadas até o presente momento.

3 A TÍTULO DE CONCLUSÃO

Após essa breve reflexão sobre o patrimonialismo estatal, tendo como diretriz norteadora a obra *Raízes do Brasil* de Sérgio Buarque de Holanda, fica nítido que a

política brasileira, apesar dos avanços proporcionados pelas aspirações democráticas, ainda encontra-se imbuída dos resquícios da herança ibérica, materializada na figura do homem cordial. Embora não se tenha empiricamente uma materialização pura dessa figura, a sua apropriação nos serviu de parâmetro para o estudo proposto. A sua assimilação permitiu interpretar a particularidade da cultura personalista engendrada no Brasil, visto que, não sendo simplesmente a declaração de uma afeição sincera, ela expressa um sentimento que brota do coração, seja de amor ou de ódio.

Sendo produto síntese da herança colonial portuguesa, a personificação do homem cordial apresenta vantagens e desvantagens. Como vimos, o maior obstáculo diz respeito à resistência em abrir mão de sua individualidade, o que repercute diretamente na forma de se portar no espaço público, impessoal, regido por normas racionais. Por outro lado, as relações domésticas, pessoalizadas, afetivas evitam a invasão dos excessos de uma sociedade ultra racionalizada, burocratizada e impessoal (GOMES, 1990).

Devido a isso, podemos lograr que a ideologia impessoal, agora restabelecida pelo neoliberalismo, possa ser contida e encontrar, no “idioma de conciliação” abordado por Da Matta (1997), o rompimento de impasses, desde que se respeitem os interesses coletivos. Assim sendo, perante as práticas patrimoniais, também ainda se faz necessário buscar pontos de conciliação que possam materializar os direitos sociais de forma universalista e igualitária.

Isso carece de envolvimento político responsável. Do contrário, a indiferença diante dessas práticas conservadoras irá continuamente legitimar, dentro dos diferentes contextos políticos, as relações de mando de uma elite privilegiada sobre uma parcela da sociedade que, desprovida social e economicamente de condições dignas de sobrevivência, permanecerá submetida às ações pontuais, compensatórias e clientelistas.

Por tudo isso, é que, apesar da languidez que a vida cotidiana nos impõe, as expectativas criadas por agentes que evocam a democracia e a justiça social como princípios a serem realmente materializados na vida social, nos fortalecemos para conjecturar sobre a possibilidade de uma sociedade mais igualitária. São pessoas, como Sérgio Buarque de Holanda, que nos possibilitam perceber que um determinado percurso

histórico pode ser modificado ou rompido. Desse modo, no nosso caso, podemos vislumbrar um rompimento definitivo com o “velho jeitinho brasileiro”.

REFERÊNCIAS

AVELINO FILHO, George. **Cordialidade e civilidade em Raízes do Brasil**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v.5, n.12, fev. 1990.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Título VIII, Capítulo II.1999.

DA MATTA, Roberto. **A casa & a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. 5.ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DRAIBE, Sônia Miriam. **Brasil: o sistema de proteção social e suas transformações recentes**. Santiago de Chile: CEPAL, 1993. (Série Reformas de Política Pública).

_____. O Welfare state no Brasil: características e perspectivas. In: **Ciências Sociais hoje, 1989**. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, ANPOCS, 1989. p. 13-60.

ESTEVES, Paulo Luiz Moreaux Lavigne. **Cordialidade e familismo amoral: o dilema da modernização**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, n.36, ano 13, fev.1998.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 3. ed. rev. São Paulo: Globo, 2001.

GOLDMAN, Elisa. **A cultura personalista como herança colonial em Raízes do Brasil**. Em: <http://www.educacaopublica.rj.gov/biblioteca/historia/hist02a.htm> .Acesso: 08 de agosto de 2008.

GOMES, Ângela de Castro. A dialética da tradição. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.5, n.12, fev. 1990.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IGLESIAS, F. **Sérgio Buarque de Holanda – historiador**. Sérgio Buarque de Holanda 3º Colóquio UERJ. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

SANCHES, Rodrigo Ruiz. **A questão da democracia em Sérgio Buarque de Holanda**. 2001, 136 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia). UNESP, Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara, 2001.

SALES, Teresa. Raízes da desigualdade social na cultura política brasileira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 25, ano 9, jul. 1994.

TORRES, Iraíldes Caldas. **As primeiras-damas e a assistência social: relações de gênero e poder**. São Paulo: Cortez, 2002.